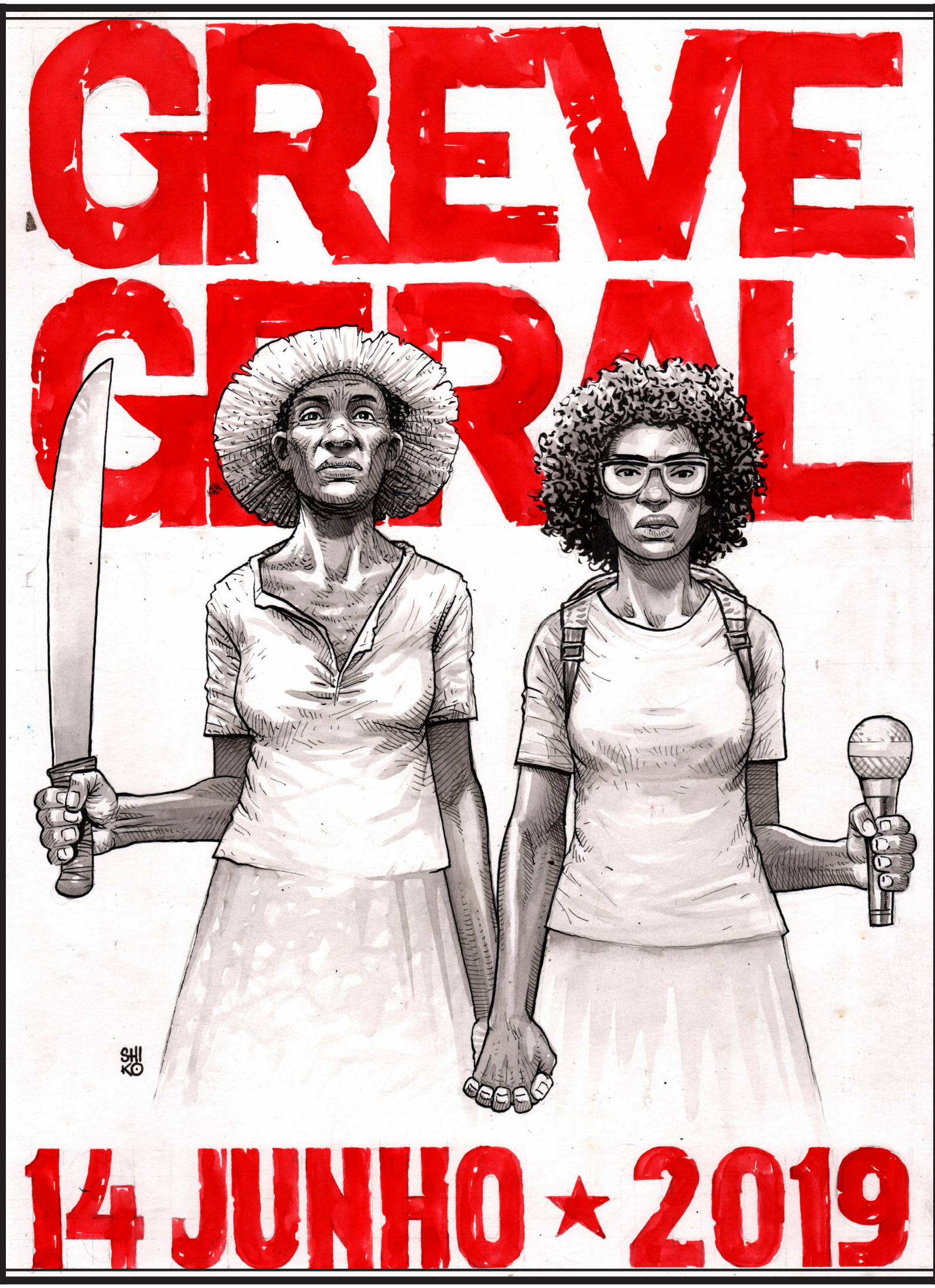
LV 35 anos
DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES
INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1457 - 13 DE JUNHO DE 2019

Arte: Shiko



GREVE

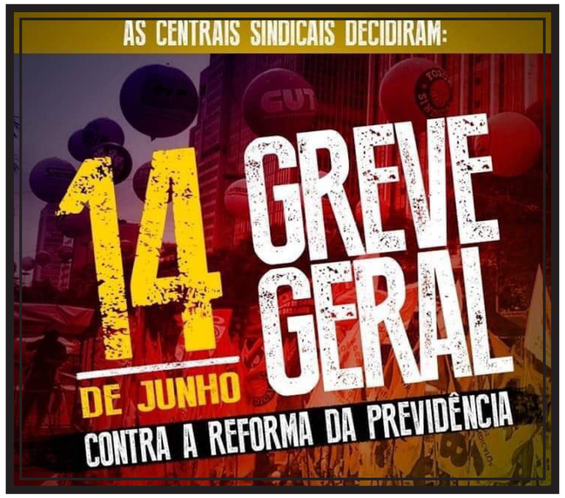
LUTAR CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É UM DEVER DE TODOS OS TRABALHADORES

Atos nacionais mobilizam trabalhadores contra retrocessos na Previdência Social

Nesta sexta-feira, dia 14, o povo brasileiro tem mais uma oportunidade de lutar contra a destruição da previdência social. Convocada pelas Centrais Sindicais de forma unificada, a Greve Geral é uma reação da classe trabalhadora contra os ataques aos direitos sociais que estão em curso no Brasil.

Envolta em mentiras e desinformação, a Reforma da Previdência destrói o regime geral, impondo um futuro de desigualdades e miséria aos aposentados. Vendida como uma forma de acabar com privilégios, a Reforma trará, na verdade, um assalto aos direitos dos trabalhadores. Ponto mais grave da reforma, a imposição de um regime de Capitalização fará com que patrões e governos não contribuam mais para a aposentadoria dos trabalhadores, reduzindo o benefício para todos.

Enquanto o Governo encaminha a destruição dos direitos do povo baseando-se em um déficit nunca comprovado, os trabalhadores precisam compreender o tamanho do golpe e o custo que pagarão para deixar os mais ricos, ainda mais ricos. O que está em curso é um projeto de aumento da desigualdade, encaminhado em várias etapas que se combinam. A reforma da previdência se torna ainda mais maligna quando compreendemos que ela atinge em cheio os trabalhadores relegados à informalidade, um dos retratos da reforma trabalhista, que destruiu a consolidação das leis do Trabalho (CLT).



Nesse cenário, resta aos trabalhadores a mobilização e união. Dia 14, todos os eletricitários devem ir às ruas, fortalecendo os movimentos de greve e lutando por uma vida e uma aposentadoria digna.

VERDADES SOBRE A PREVIDÊNCIA

A "nova previdência" propõe aumentar o tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos, exigindo, além disso, idade mínima para aposentadoria. O que todos precisam saber é que 42% dos trabalhadores segurados do Brasil conseguem comprovar, em média, somente 4,9 meses de contribuição por ano. Isso antes da Reforma Trabalhista, que deverá rebaixar essa média, em função da precariedade e insegurança das novas modalidades de emprego que foram instituídos.

A economia de R$ 1 trilhão, proposta pelo governo não corta privilégios, pois, segundo dados que constam da própria PEC 6/2019, elaborada pelo governo, 84% da economia vem da redução de direitos dos beneficiários do RGPS, do BPC e do Abono Salarial. Mais de 70% desse contingente ganha o piso do Salário Mínimo. Ninguém ganha mais do que R$ 5.839,45. É em cima deste contingente de mais de 35 milhões de brasileiros que ganham, em média, pouco mais de um salário mínimo que é feita quase toda a economia.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é dividido em dois subgrupos: o rural e o urbano. O Urbano, nos anos de atividade econômica forte, apresentou superávit, mesmo considerando-se apenas a contabilização (inconstitucional) utilizada pelo governo desde 1989 - desconsidera as contribuições do governo. E o rural, supostamente deficitário, também não é, pois as suas receitas não tem origem na Previdência Urbana. Trata-se de um benefício típico da Seguridade Social, que corrige uma injustiça histórica com os trabalhadores do campo, sendo financiado, fundamentalmente, pela COFINS e pela CSLL conforme expresso nos artigos 194 e 195 da CF-88.

A nova reforma, ao aumentar o tempo de contribuição mínimo do RGPS de 15 para 20 anos, faz com que, na prática, os trabalhadores demorem muito mais do que 5 anos a mais para se aposentar. Isso porque são precisos 60 meses completos de trabalho. O problema é que nos trabalhadores mais pobres a informalidade é maior do que na classe média e nos ricos. Logo, para eles, o prazo adicional será, na média, o maior de todos.

A contabilidade usada pelo Governo para demonstrar o déficit da previdência é feito em cima de um conceito que ele próprio inventou. A Constituição Federal em seus artigos é clara. Estabelece as fontes de financiamento e as despesas da Seguridade Social, que engloba Saúde, Previdência e Assistência Social. Este resultado foi positivo até 2015 e teve três anos de resultado negativo exclusivamente pela enorme desaceleração da economia, que afetou as receitas das contribuições que incidem sobre a massa salarial e das contribuições sociais que inciem sobre o lucro das empresas. Além disso, a queda das receitas ocorreu em função da captura da DRU (115bilhões somente em 2017) e das renúncias fiscais.

O regime de capitalização proposto pelo governo já foi tentado em cerca de 30 países do mundo. Nenhum destes países era uma democracia industrializada e desenvolvida. Todos países em desenvolvimento. 60% deles já abandonaram o sistema pelos danos que trouxe a sua população idosa e custos adicionais ao país.

Fonte: 44 coisas que você precisa saber sobre a previdência

ELETROSUL

SENADORES TAMBÉM QUESTIONAM INCORPORAÇÃO DA ELETROSUL

Nova Audiência Pública é aprovada, desta vez no Senado

Após os Sindicatos da Intersul mobilizarem o Ministério Público Federal, e também os parlamentares catarinenses, desta vez, o Senado Federal passará a interpelar o Governo sobre a incorporação da Eletrosul. A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado aprovou, nesta terça-feira, dia 11, o requerimento apresentado pelo Senador Dário Berger (PMDB) e subscrito pelo Senador Esperidião Amin (PP), para a realização de Audiência Pública sobre a Incorporação da Eletrosul pela CGTEE. O requerimento dos senadores tem por objetivo que sejam feitas as exposições da fundamentação técnica, jurídica, econômica, trabalhista e tributária que motivam a decisão da Eletrobrás. A audiência ainda não teve a data definida, mas serão convidados, além do Presidente da Eletrobras, representantes da Procuradoria Geral da República e também da Receita Federal.

ELETROSUL

TRABALHADORES DA ELETROSUL APROVAM ADESÃO À GREVE GERAL

Assembleias dos sindicatos que compõem a Intersul acatam encaminhamento do CNE

A Intersul informou no dia de ontem, 12 de junho, em correspondência enviada a Eletrosul, que na maioria das assembleias realizadas de 10 a 12 de junho pelos sindicatos que compõem a Intersul, os trabalhadores da Eletrosul acataram encaminhamento do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e aprovaram a adesão à GREVE GERAL proposta pelo conjunto das Centrais Sindicais em todo o Brasil, no dia 14 de junho. Encaminhamentos sobre a Campanha Nacional de data-base serão definidos após a próxima rodada de negociação do ACT, dia 18 de junho.

LV

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL

Jornalista responsável:
Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)

Conselho Editorial:
Patrícia Mendes

Rua Max Colin, 2368,
Joinville, SC
CEP 89216-000
E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CELESC

INTERCEL DEBATE ENCAMINHAMENTOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE REESTRUTURAÇÃO

Em reunião com deputado Fabiano da Luz, Intercel busca abertura de diálogo com o Governo do Estado

Nesta terça-feira, dia 11, representantes dos sindicatos da Intercel estiveram reunidos com o Deputado Estadual Fabiano da Luz (PT), para debater os encaminhamentos da Audiência Pública que debateu a reestruturação administrativa da Celesc. Realizada dia 24 de abril, a audiência pública apresentou uma série de questionamentos, riscos e ameaças da reestruturação contra a maior estatal estadual catarinense e contra os direitos dos trabalhadores. Ausente do debate, a Diretoria da empresa foi alvo dos encaminhamentos aprovados pelos participantes, tendo sido orientada a Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Públicas a procurar a abertura de diálogo com o Governo Estadual, controlador da Celesc. Para o deputado Fabiano da Luz, coordenador da Frente Parlamentar, "é preciso ampliar o debate para evitar novas ameaças à essa empresa que é reconhecida como grande força do nosso Estado".

Foto: Mauricio dos Santos

Para os sindicatos da Intercel, é preciso que o Governo do Estado, controlador da Celesc, assuma a responsabilidade de debater com a representação dos trabalhadores e com a sociedade o futuro da Celesc Pública. A empresa é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do Estado e é exemplo de empresa pública eficiente por conta do bom trabalho dos celesquianos.

SINERGIA

SINERGIA LANÇA CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Campanha do Sinergia pretende aumentar número de filiados e aproximar sindicato da base

Na última sexta-feira (7 de junho) o Sinergia lançou sua nova campanha de sindicalização, que tem como mote as conquistas dos sindicatos nas últimas décadas e que beneficiam diariamente a vida de eletricitários e eletricitárias. A campanha iniciou pelas lojas de atendimento da Celesc da Grande Florianópolis e deve seguir nas próximas semanas para as outras empresas. Na percorrida da última sexta-feira foi possível passar por oito municípios na Grande Florianópolis. O objetivo é mostrar aos trabalhadores e trabalhadoras que, havendo a sindicalização, é possível buscar mais conquistas e melhorias tanto salariais, como relativas a ferramentas de trabalho, bem estar, saúde e qualidade de vida. De acordo com Leonardo Contin da Costa, dirigente do Sinergia, a meta, além da campanha de filiação, é também aproximar o sindicato dos trabalhadores e tentar encaminhar as demandas dos locais de trabalho para que sejam solucionadas junto à direção das empresas: "há algumas demandas bastante simples que podem e devem ser encaminhadas pelo sindicato junto às chefias, melhorando sobremaneira as condições de trabalho nas empresas. Essa aproximação do sindicato com as bases é fundamental e o Sinergia entende ser prioritária neste momento, especialmente em virtude da chegada de centenas de trabalhadores no último ano que ainda não tomaram conhecimento das lutas e benefícios conquistados pelos sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul". Já para Tiago Vergara, também dirigente do Sinergia, há que se alertar trabalhadores e trabalhadoras

para a necessidade de fortalecimento das instituições que os defendem: "uma das metas da campanha é aumentar a força do sindicato, para que possamos passar por este período de tentativa de retirada de direitos sem prejuízos. A filiação é uma das formas de atuar individualmente para o coletivo maior, que se protege em tempos difíceis com unidade em torno de tudo que é consenso. Portanto, o fortalecimento sindical é primordial neste momento e a filiação faz parte desta estratégia de fortalecimento".

EM DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DO SIGILO DA FONTE

Reportagens que incomodam poderosos sempre despertam censura

Após publicar uma série de reportagens que trouxe à tona o que provavelmente seja o maior escândalo jurídico-político da história do país, o site The Intercept Brasil vem sofrendo ataques oriundos de setores defensores da Operação Lava Jato. Alguns já saíram a público para pedir a prisão e a cassação do passaporte do jornalista Gleen Greenwald, diretor do veículo. Há pressões para que o The Intercept divulgue quem é a fonte dos materiais recebidos.

Infelizmente, essas atitudes não são novidade. Reportagens que incomodam e ameaçam poderosos sempre despertam o instinto censor por parte destes setores, que agora fazem ameaças e vão tentar calar o The Intercept e os seus jornalistas.

Os apoiadores da Lava Jato também tentam desclassificar as informações sob o argumento de que os conteúdos foram obtidos por hackers e omitem a possibilidade, talvez até mais provável, de que a fonte das informações possa ser alguém de dentro do sistema de Justiça, do próprio Ministério Público, e que resolveu tornar públicas as violações ao devido processo legal que marcaram toda a Operação Lava Jato.

A atividade jornalística sempre conviveu com um dilema: como equilibrar o interesse público e o direito à informação com a privacidade das pessoas. São inúmeros casos na história do jornalismo em que esses dois direitos foram colocados sob o escrutínio da sociedade. E, não à toa, em muitas vezes, houve dois pesos e duas medidas para avaliar essas situações.

As revelações trazidas pelo site The Intercept estão levantando mais uma vez essa questão e é preciso revisitar condutas, jurisprudências e reafirmar direitos para evitar perseguição política tanto aos jornalistas quanto à fonte das informações.

As reportagens, produzidas pela equipe do jornalista Glenn Greenwald, revelam diálogos desenvolvidos por agentes públicos no âmbito da operação Lava Jato que tiveram consequências fundamentais para os rumos políticos do país. Portanto, de elevado interesse público. Nenhuma informação divulgada tem caráter privado/individual, outro aspecto a ser considerado ao se analisar se houve violação do direito à privacidade.

O The Intercept recebeu os conteúdos de uma fonte que tem todo o direito de ser mantida em sigilo. Direito este previsto no Artigo 5º da Constituição Federal: inciso XIV: e assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

O sigilo é proteção para o veículo de comunicação e para os jornalistas, mas, principalmente, para a própria fonte, que pode sofrer perseguições trabalhistas, políticas e de todo o tipo por expôr interesses de ordem econômica e política. Sem o sigilo da fonte, direito reconhecido internacionalmente, inúmeros casos envolvendo escândalos públicos e privados nunca teriam vindo à tona.

É fundamental dizer que não há, na legislação brasileira, nenhum dispositivo que tipifique como ilegal a publicação de conteúdos recebidos por veículo de imprensa. Uma vez de posse destes conteúdos, cabe ao veículo analisar as informações e decidir ou não pela sua publicação. Ou seja, o The Intercept não cometeu nenhum crime ao produzir e publicar as reportagens.

O mesmo foi consensuado pelo sistema de justiça e pela sociedade no caso do vazamento dos áudios provenientes de interceptação telefônica entre a então presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula. Neste caso, no entanto, há o agravante de áudios de caráter privado/individual do ex-presidente também terem sido divulgados, o que à época foi considerado conteúdo de interesse público. Também poderia se argumentar que as comunicações do chefe de Estado são sigilosas e protegidas por questões de Segurança Nacional, o que não é o caso de juízes e procuradores. Ou seja, temos na história recente da política brasileira situações similares que podem ser vistas como uma jurisprudência nestes casos.

Neste momento grave para a política nacional e para o exercício do jornalismo, no qual ocorrem de forma sistemáticas violações à liberdade de expressão no país, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e as entidades, organizações e movimentos de luta pelo direito à comunicação veem à público reiterar seu compromisso com o exercício responsável e ético dos profissionais de imprensa que cumprem um papel fundamental de garantir à sociedade o direito à informação. Consideramos que o The Intercept cumpriu um serviço público ao divulgar as informações a que teve acesso, exercitando de forma responsável o equilíbrio entre o interesse público e a privacidade e garantindo o direito ao sigilo da fonte.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

(Coordenação Executiva do FNDC: Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé; Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - Contee; Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ; Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações - Fitratelp; Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Abraço; Central Única dos Trabalhadores - CUT).